

REVISTA MARACANAN

Traduções

"Ei! Qual é a grande ideia?": ruminções sobre a questão da escala na História Intelectual*

"Hey! What's the Big Idea?": ruminations on the question of scale in Intellectual History

Martin Jay**

Universidade da Califórnia
Berkeley, Califórnia, EUA

Recebido em: 2 out. 2020.

Aprovado em: 22 dez. 2020.

Avaliado pela Equipe Editorial.



* JAY, Martin. "Hey! What's the Big Idea?": Ruminations on the Question of Scale in Intellectual History. *New Literary History*, v. 48, n. 4, p. 617-631, Autumn 2017. DOI: doi.org/10.1353/nlh.2017.0032. Tradução de André da Silva Bueno (Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho), Beatriz de Moraes Vieira (Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense) e Marina Monteiro Machado (Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense).

** Professor Emérito de História na Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA. Philosophy Doctor, na área de História, pela Universidade de Harvard. martjay@berkeley.edu

 <https://history.berkeley.edu/people/faculty/emeriti/martin-jay>

Resumo

Em resposta à recente exortação do historiador David Armitage para retornarmos a uma história de "grandes ideias" traçada por longos períodos de tempo, este artigo examina as razões para a resistência a suas propostas, conforme expressa por estudiosos da História Intelectual textualistas e contextualistas. Discutindo a "História Conceitual" e a "Metaforologia" como alternativas à História das Ideias tradicional, defendem-se as virtudes de um método que reconhece e até acolhe a ambiguidade semântica e o campo de força dinâmico das relações em que as ideias estão historicamente inseridas. Em vez de se contentar com a suavização das diferenças inerentes às técnicas de "leitura à distância", baseadas na recuperação digital de tendências de longa duração, pleiteia-se a atenção às rupturas de sentido e às inovações imprevistas que impedem que a História das Ideias seja um exercício de meta-narrativa de progressão, desenvolvimento e disseminação de significados unívocos.

Palavras-chave: História Intelectual. História das Ideias. História dos Conceitos. Pluralidade de Sentidos. Longa Duração.

Abstract

Responding to the recent exhortation by the historian David Armitage to return to a history of "big ideas" traced over long periods of time, this paper examines reasons for the resistance to his advice voiced by both textualist and contextualist intellectual historians. Discussing the alternatives to traditional history of ideas in "conceptual history" and "metaphorology", it argues for the virtues of a method that acknowledges, even welcomes semantic ambiguity and the dynamic force field of relations in which ideas are historically embedded. Rather than settling for the smoothing out of differences entailed in "distant reading" techniques based on the digital retrieval of long-duration tendencies, it argues for attentiveness to the ruptures in meaning and unanticipated innovations that prevent the history of idea being an exercise in meta-narratives of growth, development and dissemination of unique meanings.

Keywords: Intellectual History. History of Ideas. History of Concepts. Plurality of Meanings. Long Duration.

Nota introdutória à tradução

Martin Jay (1944-) é Professor Emérito do Departamento de História da Universidade da Califórnia, Berkeley (EUA), onde ocupou por muitos anos a cátedra Sidney Hellman Ehrman. Renomado e premiado historiador estadunidense, Jay é autor de numerosos artigos e livros que versam, sobretudo, sobre História Intelectual europeia, Cultura Visual e Teoria Crítica. Pioneiro na construção de uma história intelectual da escola de Frankfurt,¹ seus interesses de pesquisa abriram caminho para a conexão interdisciplinar da História com outras atividades acadêmicas e intelectuais, dialogando com diversas figuras e métodos da Teoria Social, da Crítica Cultural e da Historiografia em geral. Seus mais recentes trabalhos tratam dos espinhosos temas da razão e das provocações trazidas ao campo intelectual pelos autores frankfurtianos e seus críticos: *Reason After its Eclipse: On Late Critical Theory* (Madison: Univ. of Wisconsin Press, 2016) e *Splinters in your Eyes: Frankfurt School Provocations* (London: Verso, 2020).

* * *

Quem estuda as recentes tendências da historiografia provavelmente ouvirá, no título familiar deste ensaio, o eco de um manifesto amplamente discutido do historiador de Harvard, David Armitage, intitulado "Qual é a grande ideia? História Intelectual e a *Longue Durée*" (2012).² Armitage defendeu com entusiasmo o renascimento de uma história de longo alcance de ideias que atravessaram séculos, até milênios. Aqueles mais familiarizados com a história da cultura popular estadunidense podem, no entanto, encontrar na interjeição que precede a pergunta um lembrete de algo muito diferente: a expressão frequente de exasperação e aborrecimento em resposta a uma provocação, real ou imaginada. "Ei! Qual é a grande ideia?" era, de fato, um mote incessantemente empregado, precisamente desta maneira, durante a primeira metade do século passado, pelo personagem de desenho animado Pato Donald, pelo comediante Bert Lahr e os Três Patetas, entre outros, que pairavam a meio caminho entre os

¹ Ver: JAY, Martin. *The Dialectical Imagination: A History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-50*. Boston: Little, Brown and Co., 1973. A segunda edição em inglês conta com novo prefácio (Berkeley: Univ. of California Press, 1996). Há traduções em japonês, espanhol, francês, alemão, italiano, holandês, turco, chinês, indonésio, grego, português e servo-croata.

² ARMITAGE, David. What's the Big Idea? Intellectual History and the *Longue Durée*. *History of European Ideas*, v. 38, n. 4, p. 493-507, 2012. Mais tarde, ele retomou seu argumento, em coautoria com Jo Guldi, no livro *The History Manifesto* (Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2014), que gerou um intenso debate. O ataque mais feroz foi feito por: COHEN, Deborah; MANDLER, Peter. The History Manifesto: A Critique. *American Historical Review*, v. 120, n. 2, p. 530-542, 2015. E, foi seguido da resposta de Armitage e Guldi. Cohen e Mandler não criticaram o valor de uma história das ideias de *longue durée*, mas a afirmação de que caíra em desuso desde os anos 70, com nefastas consequências políticas.

desenhos animados e a realidade.³ É útil lembrar como todos eles empregaram o pequeno "ei!" antes de formular a questão que se seguia, para registrar o fato de que muitas vezes parecia haver algo desagradável sobre o próprio conceito de uma "grande ideia", um traço de pretensão e arrogância que funcionava para aborrecer, mais do que esclarecer, aqueles a quem era impingido.

Tentativas de traçar o destino de "grandes ideias" durante longos períodos de tempo, por estudiosos da História Intelectual, muitas vezes foram recebidas com um coletivo "ei!", expressando a cética consternação de seus pares. A desconfiança surge não apenas pelo fato de a ideia ser por si só demasiadamente abstrata e generalista, mas também pelas tentativas de se moldar uma narrativa coerente de sua história ao longo de muitos séculos, a *longue durée* que tanto entusiasmou Fernand Braudel e seus colegas da escola dos Annales em meados do século XX.⁴ A reação ao primeiro perigo já estava anunciada em 1900 por Georg Simmel em sua explicação do que chamou de "A tragédia da formação de conceitos humanos", em *The Philosophy of Money*, uma tragédia que "reside no fato de que o conceito mais refinado, que por meio de sua amplitude abrange um número crescente de detalhes, conta com progressiva perda de conteúdo. O dinheiro consiste na contrapartida prática de tal categoria refinada, ou seja, uma forma de ser cujas qualidades são generalidade e falta de conteúdo; uma forma de ser que dota essas qualidades com poder real e cuja relação com todas as qualidades contrárias dos objetos negociados, e às suas constelações psicológicas, podem ser igualmente interpretadas como serviço e dominação".⁵ Uma ansiedade se desencadeia porque conceitos refinados – que neste ponto do nosso argumento podemos equacionar como "grandes ideias" – pairam muito acima da confusão do mundo da vida, com todos os seus impulsos contrários, nuances ambíguas e deslocamentos metafóricos. Quanto mais grandiosa a ideia, Simmel observou, menos provável é sua correspondência às distinções qualitativas das particularidades comensuradas. Assim como o dinheiro, "uma grande ideia" tem o potencial não apenas de fornecer um serviço útil, mas também de dominar as ações concretas subsumidas à sua regra geral. Reminiscência da crítica nominalista dos universais absolutos durante Idade Média – embora a sociologia de Simmel enfatizasse relacionalidade e interação, evitando o individualismo metodológico – esse ceticismo sobre "grandes ideias" era, portanto, tão filosófico quanto histórico.

A segunda preocupação, frequentemente direcionada à escola dos Annales, foi desencadeada pela busca de regularidades estruturais duradouras no nível profundo de continuidade histórica. A indiferença programática dos Annales a eventos descontínuos e às complexidades dos textos individuais subscreveu uma busca por *mentalités* genéricas no

³ Existe até uma compilação de dezenas de usos da frase pelos Três Patetas que pode ser apreciada no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=TV1tbKtboaw>.

⁴ O texto seminal de Fernand Braudel, 1958, é: BAUDEL, Fernand. *History and the Social Sciences: The Longue Durée*. In: REVEL, Jacques; HUNT, Lynn (Eds.). *Histories: French constructions of the past*. New York: The New Press, 1995, p. 115–146.

⁵ SIMMEL, George. *The Philosophy of Money*. Boston: Routledge; Kegan & Paul, 1978, p. 221. Não deve ser confundido com a sua ideia mais influente, relativa à "tragédia da cultura".

campo da cultura, que muitos críticos julgam demasiado abrangentes para fazer jus às distinções mais apuradas, que fazem da História Intelectual algo mais do que um relato impreciso e impressionista do "geist" de um particular "zeit". Como o próprio Armitage admite, "grandes histórias, em todos os seus aspectos, têm sido inóspitas para as questões de significado e intenção, tão centrais para a História Intelectual".⁶ De fato, na medida em que se balizaram em explicações biologistas ou economicistas para tendências de longo prazo, minimizaram o papel das ideias na história *tout court*.

Notavelmente, a resistência à história das "grandes ideias" veio de defensores tanto das abordagens contextualistas quanto textualistas. Os primeiros enfatizam a inserção de ideias em matrizes relevantes de geração, disseminação e recepção, os contextos local e finito que aterrizam ideias que, de outra forma, flutuariam muito livremente em um imaginado *geist* etéreo. A História das Ideias, argumentam eles, deveria se tornar História Intelectual – o que implica, entre outras coisas, a história de intelectuais reais – no sentido de que lida com pensadores de carne e osso, cuja posição social, composição psicológica e público interessado precisam ser considerados em qualquer descrição densa das ideias que geram, propagam ou criticam. Para ser entendido historicamente, o conhecimento deve estar entrelaçado com o poder, e as ideias, com os veículos materiais de sua propagação e transmissão. Deve-se evitar a prolepsia excessiva, em que uma narrativa teleológica atropela a singularidade de cada contexto local, compreendido tanto espacialmente quanto temporalmente com seu conjunto de problemas e vocabulário particular.

Para os textualistas que levaram a sério as lições da "virada linguística" nas humanidades, muita atenção tem sido dedicada à mídia, na qual as ideias são geradas e através da qual são transmitidas, reconhecendo o poder refrativo da linguagem.⁷ Os textos devem ser tratados como espaços ilimitados de contestação não resolvida nem fechada, em vez de "obras" orgânicas que refletem a intenção autoral congelada e expressam ideias consistentes e coerentes. Devem ser entendidos como pontos nodais nas redes intertextuais que transcendem qualquer trabalho, obra individual ou intenção unívoca. Por causa das complexidades retóricas dos textos e de sua inevitável imersão em um sempre mutável mar de outros textos, é problemático isolar seu núcleo conceitual, na esperança de retirar suas cascas linguísticas para revelar seu cerne substantivo,⁸ e torná-las passíveis de essencializar a sinopse e a redução parafrástica.

No entanto, apesar de todas essas reservas, recentemente estudiosos da História Intelectuais, como Armitage observa corretamente, têm estado cada vez mais dispostos a empregar o que ele chama de um olhar telescópico, em vez de microscópico, para histórias

⁶ ARMITAGE, David. What's the Big Idea?... *Op. cit.*, p. 494.

⁷ Para minhas próprias tentativas de lidar com as implicações disso, ver: JAY, Martin Jay. Should Intellectual History Take a Linguistic Turn? Reflections on the Habermas-Gadamer Debate. In: *Fin-de-siècle, socialism and other essays*. New York: Routledge, 1988; e, JAY, Martin. The Textual Approach to Intellectual History. In: *Force Fields: between intellectual history and cultural critique*. New York: Routledge, 1993.

⁸ Essa metáfora tem sido frequentemente usada por fundamentalistas teológicos, que abandonam os acréscimos culturais e históricos à doutrina original, por exemplo, Adolf Von Harnack e Edwin Abbott.

"transtemporais" que ultrapassam os limites do período ou época, e seguem as ideias através de contextos locais diferentes. Dentre os exemplos estão obras de Charles Taylor, Jerrold Seigel, Darrin McMahon, Lorraine Daston e Peter Galison, Sophia Rosenfeld, Rainer Forst, James T. Kloppenberg, Andrew Fitzmaurice, Richard Bourke e o próprio Armitage. Ele ainda afirma que esforços comparáveis podem ser encontrados por historiadores da escola de Cambridge, conhecidos como grandes defensores de uma sólida contextualização, como Quentin Skinner, Richard Tuck, e J. G. A. Pocock.⁹

Também está incluído na lista de Armitage o meu *Songs of experience: modern American and European Variations on a Universal Theme*. Publicado em 2005, este livro não foi o primeiro nem o último dos meus esforços para rastrear "grandes ideias" por um longo período de tempo. *Marxism and Totality* (1984) seguiu "as aventuras de um conceito" chamado "totalidade" na história do marxismo ocidental do século XX. *Downcast Eyes* (1993) traçou a difamação da primazia visual ou "ocularcentrismo" por intelectuais franceses, de Henri Bergson a Luce Irigaray, Michel Foucault, Jacques Derrida, Jean-François Lyotard e Emmanuel Levinas. *The Virtues of Mendacity* (2010) examinou atitudes diante da mentira na política, de Platão a Hannah Arendt e, ao fazê-lo, discriminou as variações do conceito de "político". E, *Reason after the Eclipse* (2016) acompanhou a sorte da racionalidade, dos gregos até a primeira geração da escola de Frankfurt e Jürgen Habermas. Sem pretensão consciente, minha inclinação nos estudos de História Intelectual quase sempre praticou o que Armitage prega como uma atualização alternativa ao usual.¹⁰

Não quero, no entanto, apresentar uma autoindulgente *apologia pro vita mea*, ou mesmo retornar às questões levantadas pelo método sinótico de análise de conteúdo e as virtudes da redução parafrástica, que tentei explorar em outro texto.¹¹ Ao invés, gostaria de refletir sobre a possível razão de uma tensão existente entre a busca de uma história de grandes ideias por longos períodos de tempo e o inevitável "ei!" que ela parece induzir nos críticos céticos. Ao fazê-lo, concentro-me em três principais questões: A natureza animal, cuja história de longo prazo está sendo rastreada, entendida variavelmente como ideias, conceitos e metáforas; A relação das "grandes ideias" com os vários contextos em que estão mais ou menos imersas; E, a questão mais geral da passagem entre os níveis macro e micro na análise narrativa, que se aplica para além da História Intelectual. Na conclusão, retornarei às maiores implicações da interjeição "ei!", tantas vezes precedendo a pergunta "qual é a grande ideia?".

Já na clássica e agora muito difamada "História das Ideias", tradição inaugurada há quase um século por Arthur Lovejoy e seus colegas da Universidade Johns Hopkins, havia uma consciência aguda de que a ideia de uma "ideia" era ela própria altamente instável. De fato, o *protégé* de Lovejoy, George Boas, iniciou seu ensaio programático "What is the History of Ideas?" reconhecendo que "poucas palavras são tão ambíguas quanto a palavra "ideia". Na

⁹ Para ver os exemplos específicos que ele cita, ver: ARMITAGE, David. What's the Big Idea?... *Op. cit.*, p. 499.

¹⁰ N. T.: No original, *business as usual*.

¹¹ JAY, Martin. Two Cheers for Paraphrase: The confessions of a synoptic intellectual historian. In: *Fin-de-siècle, socialism and other essays*. New York: Routledge, 1988.

última contagem, possuía vinte e cinco significados".¹² Embora se possa considerar isto uma vantagem, na medida em que cria uma rica oportunidade para explorar o jogo semântico, no mesmo ensaio Boas discorda explicitamente: "É claro que antes que se possa escrever uma história de uma ideia, é necessário a desembaraçar de todas as ambiguidades adquiridas ao longo do tempo. É preciso aguardar que ela apareça em contextos que variam de época para época".¹³

Mas, seus críticos rapidamente se perguntaram, alguém pode produzir essa desambiguação da ideia com a própria "ideia"? Boas, com efeito, poupou-se do esforço neste ensaio em particular; mas, quando se tratou de contribuir com o verbete "Ideia" para o *Dictionary of the History of Ideas* alguns anos depois, ele o elaborou de forma mais indutiva do que dedutiva. Começando por observar a etimologia da palavra nos verbos gregos "ver" e "saber", notou que "a noção de que ideias podem ser apreendidas por um tipo de visão ou intuição, olhando-as e vendo-as, nunca foi perdida na filosofia ocidental, que quase sempre preservou o conhecimento enquanto uma espécie de *insight*, iluminação, revelação".¹⁴ Mas, significativamente, após traçar os caminhos da "ideia" com base na suposição de que poderia ser entendida como uma questão de escala na História Intelectual, idêntica de Platão aos neokantianos, ele reconheceu com tristeza que Hans Vaihinger, o filósofo neokantiano do "como se", no final do século XIX, havia utilizado a palavra de modo totalmente diferente. Para Vaihinger, "ideias" eram ficções que orientam os humanos no mundo, e não "guias para a verdade pessoal, completamente descoladas dos desejos humanos, formando a matriz da realidade". Boas só poderia terminar seu ensaio jogando as mãos para o alto, lamentando que "raramente a história de uma ideia manifestou tal reversão de significado".¹⁵

De modo geral, a tentativa clássica dos historiadores das ideias, de trazer ordem ao caos semântico que encontraram, raramente foi bem-sucedida. Rejeitando implicitamente a identificação de ideias com objetos de intuição mental consciente e visualmente claros, e desprezando sistemas coerentes ou "ismos" com toda a sua imprecisão e complexidade, Lovejoy voltou sua atenção para o que chamou de "ideias unitárias". Essas eram construções mais básicas de blocos de pensamento, que espreitavam sob a superfície visível como "implícitas ou incompletamente explícitas *suposições*, ou hábitos mentais mais ou menos inconscientes, operando no pensamento de um indivíduo ou uma geração".¹⁶ O maior exemplo foi "a grande cadeia do Ser", cuja riqueza ele traçou, com uma erudição formidável, de Platão aos românticos. Ao contrário de Boas, que afirmou que havia pouco ganho em investigar

¹² BOAS, George. *The History of Ideas: an introduction*. New York: Scribner, 1969, p. 3.

¹³ *Ibidem*, p. 22.

¹⁴ BOAS, George. Idea. In: WIENER, Philip P. (Ed.). *Dictionary of the History of Ideas: studies of selected pivotal ideas*. New York: Scribner, 1973, vol. 2, p. 542.

¹⁵ *Ibidem*, vol. 2, p. 548.

¹⁶ LOVEJOY, Arthur O. *The Great Chain of Being: a study of the history of an idea*. New York: Harper & Row, 1965, p. 7. No ensaio de 1938, "The Historiography of Ideas", Lovejoy fornece uma heteróclita lista de possíveis candidatos: "tipos de categorias, pensamentos sobre determinados aspectos da experiência comum, pressupostos implícitos ou explícitos, fórmulas sagradas e slogans, teoremas filosóficos específicos, ou as hipóteses maiores, generalizações ou pressupostos metodológicos de várias ciências". LOVEJOY, Arthur O. *Essays in the History of Ideas*. New York: Putnam, 1960, p. 9.

motivações inconscientes porque "afinal, as ideias existem no nível consciente, e sua história precisa permanecer nesse nível",¹⁷ Lovejoy reconheceu o poder afetivo do que ele chamou de "*pathos* metafísico" ou habilidade das ideias, "como as palavras de um poema, de despertarem mediante suas associações, e mediante uma espécie de empatia que elas geram, uma atmosfera agradável ou um tom de sensibilidade por parte do filósofo ou de seu leitor".¹⁸ O exemplo mais revelador foi o "*pathos* metafísico da obscuridade", o que incrementou a recepção de certas filosofias – Lovejoy designa as de Schelling, Hegel e Bergson –, imbuindo-as de uma pseudopropriedade misteriosa que resistiu aos esclarecimentos diretos e à fácil paráfrase.

Mesmo com base nessas observações incompletas e inadequadas, podemos ver que a clássica História das Ideias apresentava controvérsias sobre o significado do objeto imaterial cuja história procurava traçar. Reconhecia as dimensões conotativa e denotativa das ideias, admitia sua valência afetiva muitas vezes inconsciente, e reconheceu sua frequente imbricação com imagens e metáforas. Lovejoy e seus colegas também admitiram que, além de sua função cognitiva, as ideias poderiam ter força retórica e conquistar – ou alienar – potenciais adeptos por algo mais do que sua pertinência lógica... As ideias, ademais, poderiam se manifestar para além de sua forma textual primária, como mostra a variedade de diferentes estilos de jardins paisagísticos, comumente identificados com caracteres nacionais específicos, cujos significados mais profundos foram observados por Lovejoy.¹⁹

Não obstante todas essas qualificações, o principal impulso sob a abordagem de Lovejoy era isolar ideias manifestas, ou ideias-unidades latentes, de seus contextos sociais, psicológicos e materiais de origem e recepção, e buscar capturar seu significado nuclear, um significado que perdurou ao longo do tempo, apesar das vicissitudes do movimento das ideias. A unidade integral das ideias foi capturada na metáfora "história de vida",²⁰ que Lovejoy costumava usar para descrever tal movimento. Embora também pudessem formar novas combinações com outras ideias-unidade – um crítico as comparou com "elementos químicos turbulentos em uma sopa instável"²¹ –, elas de algum modo permaneceram coerentes, com sua integridade intacta por longos períodos de tempo. Assim, apesar de algumas sugestões recentes de que a clássica História das Ideias deveria ser renovada,²² Armitage não abre mão de que as "grandes ideias", cuja *longue durée* ele deseja que tracemos, seja algo muito diferente. "Nenhum estudioso da História Intelectual", escreve ele, "usaria agora as metáforas rangentes de 'ideias-unidades' como elementos químicos, criadas por Lovejoy, nem assumiria

¹⁷ BOAS, George. *The History of Ideas... Op. cit.*, p. 19. Mais tarde ele acrescenta que o historiador das ideias não precisa se preocupar, ele mesmo, com a questão da crença sincera de um autor em ideias, embora um biógrafo talvez deva.

¹⁸ LOVEJOY, Arthur O. *The Great Chain of... Op. cit.*, p. 11.

¹⁹ Ver, por exemplo, a discussão de Lovejoy sobre a influência dos jardins chineses no romantismo britânico em "The Chinese Origin of a Romanticism". LOVEJOY, Arthur O. *Essays in the History... Op. cit.*

²⁰ Ver, por exemplo: LOVEJOY, Arthur O. *The Historiography of Ideas... Op. cit.*, p. 9.

²¹ MINOGUE, Kenneth. *Method in Intellectual History: Quentin Skinner's Foundations*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics*. Oxford: Polity, 1988, p. 186.

²² Ver, por exemplo: MCMAHON, Darrin M. *The Return of the History of Ideas?* In: MCMAHON, Darrin M.; MOYN, Samuel. *Rethinking Modern European Intellectual History*. New York: Oxford Univ. Press, 2013.

que a biografia de uma ideia poderia ser escrita como se possuísse continuidade e identidade quase biológica ao longo do tempo, com um ciclo de vida mais longo que o de qualquer sujeito humano mortal".²³

Uma abordagem mais promissora, desfrutando hoje de considerável popularidade, foi promovida pela chamada "História Conceitual" (*Begriffsgeschichte*), lançada na Alemanha por Erich Rothacker, Otto Brunner e, mais notavelmente, Reinhart Koselleck na década de 1960.²⁴ Ao defender o argumento da "desubstancialização" dos conceitos, eles levaram a sério a célebre advertência de Nietzsche, de que "somente aquilo que não tem história é definível",²⁵ bem como o *insight* de Wittgenstein – antecipado nas práticas de definição do *Oxford English Dictionary* no século XIX – de que o(s) significado(s) de uma palavra pode(m) ser encontrado(s) em seus vários usos ao longo do tempo. A preferência cartesiana por ideias "claras e distintas" na mente não era apenas filosoficamente problemática, mas, segundo Boas, também um modelo enganoso para a História Intelectual. Conceitos, na verdade, contrastam com palavras comuns precisamente em termos de sua resistência para essencializar definições. Como Koselleck colocou, "um conceito deve permanecer ambíguo para ser um conceito. O conceito está conectado" ["ligado" é o termo como é traduzido na versão em inglês] "a uma palavra, mas é ao mesmo tempo mais que uma palavra... Uma palavra apresenta potencialidades de significação; um conceito une em si mesmo uma plenitude de significados. Assim, um conceito pode possuir clareza, mas deve ser ambíguo".²⁶ Mesmo quando neologismos são conscientemente cunhados com um significado intencional, eles têm a capacidade de escapar das intenções de seus inventores e acumular significados diferentes, até mesmo contraditórios, ao longo do tempo. Assim, é errado assumir a prioridade da etimologia, em que o alegado significado original, muitas vezes em uma linguagem clássica como o grego ou latim, é privilegiado sobre suas posteriores "diluições" ou "corrupções". Tampouco é correto entender o significado de um conceito teleologicamente, como se significados atuais fossem os "certos", e os anteriores, precursores prescientes.

Uma História dos Conceitos é, portanto, inerentemente "grande", no sentido de que envolve uma classe de termos ricamente polissêmicos, que acumularam uma confusão de significados díspares, muitas vezes bastante diferentes de suas atuais acepções. Em vez de assumir uma iterabilidade simples ao longo do tempo, em que motivos recorrentes transcendem contextos individuais, uma história como essa nos incita a seguir o modelo

²³ ARMITAGE, David. What's the Big Idea?... *Op. cit.*, p. 497.

²⁴ Para esse tema, ver: MÜLLER, Jan-Werner. On Conceptual History. In: MCMAHON, Darrin M.; MOYN, Samuel. *Rethinking Modern European Intellectual History*. New York: Oxford Univ. Press, 2013. A mais impressionante realização se encontra em: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; koselleck, Reinhart. *Geschichtliche Grundbegriffe: historisches lexikon zur politisch-sozialen sprache in Deutschland*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1972-1997. 8 vols. Lançado em 2005, *Contributions to the History of Concepts* é o principal fórum no mundo de fala inglesa.

²⁵ NIETZSCHE, Friedrich. *On the Genealogy of Morals*. New York: Vintage, 1989, p. 80. A crítica de Nietzsche à definição em filosofia também foi endossada por outros, por exemplo, Theodor W. Adorno em, entre outras obras: ADORNO, Theodor W. *The Essay as Form*. In: *Notes to Literature*. Ed. Rolf Tiedemann; Trans. Shierry Weber NicholSEN. New York: Columbia Univ. Press, 1991, vol. 1, p. 13.

²⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past: On the semantics of historical time*. Cambridge, MA: MIT Press, 1985, p. 85.

musical dos temas e desenvolver variações, sem, é claro, necessariamente recapitular à prática tonal que fundamenta a música clássica ocidental. Na medida, porém, em que todos esses significados em desenvolvimento ainda podem ser agrupados sob o guarda-chuva do conceito – ou “apreendido” por ele, como a etimologia do alemão *begriff* no verbo *begreifen* sugere²⁷ – há pelo menos alguma comensurabilidade que os mantém juntos. Ainda que não balizados no policiamento de limites lexicais por meio de definições normativas, conceitos parecem operar através da lógica da subsunção ou pelo menos a busca de um denominador comum subjacente a diferentes usos.

Um método alternativo denominado “metaforologia”, desenvolvido na sombra de *Begriffsgeschichte* por Hans Blumenberg, defendeu uma abordagem analógica ou paradigmática em que a linguagem figurativa resiste à tradução em abstrações conceituais.²⁸ Embora Blumenberg compartilhasse da resistência da História dos Conceitos a essencializar definições, ele enfocou o papel do que chamou de “não-conceitual”, incluindo mitos, anedotas e tropos retóricos, como figuras recorrentes dignas da atenção do historiador.²⁹ “Metáforas absolutas”, argumentou, são elementos fundamentais e irreduzíveis até mesmo do mais austero discurso filosófico, e não há que serem vistas como meras antecipações incipientes de conceitos claros e distintos. Ainda que a História Conceitual não deva ser substituída indiscriminadamente pela metaforologia, poderia ser complementada por ela de maneira valiosa. Assim, por exemplo, a história da “luz como metáfora da verdade”,³⁰ um dos primeiros exercícios metaforológicos de Blumenberg, revelou a imagem recorrente, e muitas vezes oculta, subjacentemente a um conceito fundamental do pensamento ocidental.³¹ Era o que poderíamos chamar de “grande metáfora”, que persistiu ao longo de muitos séculos e funcionou em muitas culturas diferentes. Isto, como observamos, estava já evidente na definição de “ideia” por Boas, ainda em meados do século XX.

O poder da abordagem de Blumenberg ficou claro em um audacioso ensaio que escreveu em 1976 sobre a *Filosofia do Dinheiro* de Simmel, em que revisitou as observações que citei anteriormente sobre a tragédia do conceito.³² Entendendo o dinheiro em Simmel não como o antônimo de “vida”, mas sim como metáfora para isto, Blumenberg argumentou que

²⁷A palavra inglesa “concept” é derivada do particípio passado da palavra latina “concipere”, que significa “conceber, aceitar, compreender, receber, engendrar, tramar” [N. T.: a partir de dicionários de etimologia. No original: *to take in*]. Embora seja necessária precaução contra a atribuição de prioridade a essas origens etimológicas, reconhecê-las é às vezes útil para lembrar significados sedimentados.

²⁸ BLUMENBERG, Hans. *Paradigms for a Metaphorology*. Ithaca, NY: Cornell Univ. Press, 2010.

²⁹ Para uma comparação com a defesa de Adorno do “não-conceitual”, ver: JAY, Martin. Adorno and Blumenberg: Nonconceptuality and the *Bilderverbot*. In: HAMMER, Espen; GORDON, Peter E.; PENSKY, Max (Eds.). *The Blackwell Companion to Adorno. A Companion to Adorno*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2020.

³⁰ BLUMENBERG, Hans. Light as a Metaphor for Truth: At the Preliminary Stage of Philosophical Concept Formation. In: LEVIN, David Michael (Ed.). *Modernity and the Hegemony of Vision*. Berkeley; Los Angeles: Univ. of California Press, 1993.

³¹ Em *Paradigms for a Metaphorology*, Blumenberg investigou outras metáforas relevantes associadas a verdade, incluindo verdade “poderosa” e verdade “nua”, bem como o “tribunal” para julgar a verdade. BLUMENBERG, Hans. *Paradigms for a Metaphorology... Op. cit.*

³² BLUMENBERG, David. Money or Life: metaphors of Georg Simmel’s philosophy. *Theory, Culture and Society*, v. 29, n. 7-8, p. 249-262, 2012.

ambos revelam uma imanente e interminável dinâmica entre "rigidez e liquidez, forma e dissolução, acumulação e esbanjamento, instituição e liberdade, nivelamento e individualidade".³³ A chave para essa analogia reside no fato de partilharem a dialética da subjetivação e objetivação em ato. Ou seja, dinheiro, disponibilizando um meio neutro e objetivo para escolhas subjetivas sobre como será gasto, escolhas estas que expressam os desejos e valores de quem o despende, seria formalmente como a "vida", irrestrita e aberta a um leque de possibilidades indeterminadas. Apesar de sua aparente possibilidade para uma comensuração quantificável das relações humanas, ele está em última análise a serviço da liberdade humana. Ao invés de um princípio de conservação, em que a troca não cria nada de novo, ele permite a busca da felicidade subjetiva com base em valores individuais.

A leitura arrebatadora de Blumenberg sobre *The Philosophy of Money* não pode ser adequadamente abordada aqui, mas nos alerta para a inesperada analogia entre dinheiro e vida em Simmel, obrigando-nos também a reconsiderar a natureza da outra relação analógica postulada pelo sociólogo alemão entre o conceito e o dinheiro como sua "contrapartida prática". Isto é, a comparação nos permite perceber que, além da força de conceituação – que subsome, comensura e abstrai –, há também um potencial para o livre jogo nas formas como os conceitos interagem dialeticamente com aquilo que os excede. Ou, para pôr nos termos de Simmel, o papel desempenhado pelas grandes ideias em relação às particularidades "pode ser igualmente interpretado como serviço e dominação". Elas podem acomodar tanto a unidade quanto a diversidade, em vez de nos fazer escolher um em detrimento de outro.³⁴

A história conceitual e a metaforologia evitam assim alguns dos vulneráveis pressupostos da História das Ideias mais tradicional, que ainda busca a ambiguidade semântica. Soma-se a isto o *insight*, compartilhado, entre outros, pelos contextualistas da escola de Cambridge, de que nenhum conceito ou metáfora existe em um vácuo, isolado do campo de força dinâmica de contraconceitos e competindo com, ou ao menos oferecendo alternativas a, metáforas que estão situadas em momentos particulares de sua história. A importância simbólica de uma metáfora pode se alterar em relação ao seu posicionamento em uma constelação de outras metáforas, e os sinônimos podem, com efeito, se transformar em antônimos. Nenhuma história do conceito de "comunidade", por exemplo, pode ignorar como este veio a ser colocado contra "sociedade" no discurso sociológico, pelo menos desde a época de Ferdinand Tönnies; nem poderia dar conta da incomparável riqueza de "cultura" sem entender sua relação tensa com "civilização", ao menos no pensamento alemão do século XVIII, bem como com "natureza". Palavras que outrora expressavam ideias contrárias podem se aglutinar em um novo pacote composto. Por exemplo, "liberal" e "democrata", que estavam em desacordo no século XIX, agora coabitam alegremente na fórmula familiar da "democracia liberal". Embora usando a mesma palavra, diferentes discursos podem empregar termos de

³³ BLUMENBERG, David. Money or Life... *Op. cit.*, p. 251.

³⁴ Para um exemplo deste *insight*, ver: HABERMAS, Jürgen. The Unity of Reason in the Diversity of its Voices. In: *Postmetaphysical Thinking: philosophical essays*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

arte para significar coisas muito diferentes; pensemos também, por exemplo, em "racionalização" nos vocabulários de Max Weber e Sigmund Freud.

Algumas palavras que parecem ter um único significado revelam tensões latentes quando registrado que se traduzem em numerosas palavras em outros idiomas, sendo um exemplo notável a maneira pela qual o termo "experiência" em inglês pode ser traduzido pelos contrastantes termos *erfahrung* e *erlebnis* em alemão.³⁵ Por outro lado, algumas palavras parecem adquirir riqueza de significado quando abraçam termos distintos que em outra língua se mantém a parte; por exemplo, *geist* como "espírito" e "mente" em Inglês, ou *seele* como "alma" e "psique". É mesmo possível, *mirabile dictu*, que a mesma palavra seja posta contra si mesma em idiomas nos quais artigos de gênero importam, como pode ser observado na distinção recente que teóricos franceses fizeram entre "le politique" e "la politique",³⁶ a primeira implicando uma versão ontológica da política e a segunda, uma versão mais empírica. Nem pode uma metáfora poderosa como "chão",³⁷ que deu tanto trabalho no discurso filosófico, ser compreendido sem ser vista sua relação com "fundação", "solo", "fundo" ou "terra", tudo o que pode servir como metáforas transportando pesadas cargas de conotações alternativas.³⁸

Quando estudiosos da História Intelectual da escola de Cambridge, como Pocock, falam das "linguagens" da teoria política – também chamadas de "vocabulários", "retóricas" ou "expressões idiomáticas" –, estão a alertar para os modos pelos quais as ideias realmente se tornam "grandes", ou seja, apenas quando estão inseridas em campos discursivos que as imbuem com significados especiais e força retórica.³⁹ Como Skinner observou em sua crítica ao léxico de Raymond Williams de "palavras-chave", deve-se levar em conta "as fortes implicações holísticas do fato de que, quando uma palavra muda de significado, também muda sua relação com um vocabulário inteiro".⁴⁰ Sem a necessidade de fiéis hegelianos, historiadores das ideias podem ser sensíveis às negações, contradições e sublocações que tornam esses discursos constelações dinâmicas de significado, que se unem e fragmentam ao longo do tempo. De fato, uma das maneiras pelas quais uma ideia pode ser considerada "grande", ou um termo simples ganhar o título honorífico de "palavra-chave", é precisamente a sua sobrevivência em novos contextos semânticos, os quais também carregam traços de

³⁵ Para uma discussão dessa distinção, que em si mesma não foi sempre estável, ver: JAY, Martin. *Songs of Experience: Modern american and european variations on a universal theme*. Oakland, CA: Univ. of California Press, 2005.

³⁶ Para um uso anterior dessa distinção, ver: RICOEUR, Paul. Le paradox politique. *Esprit, Nouvelle Serie*, n. 250, p. 721-745, May 1957. Para exemplos posteriores, ver: JAY, Martin. *The Virtues of Mendacity: On Lying in Politics*. Charlottesville, VA: Univ. of Virginia Press, 2010, p. 205.

³⁷ N. T.: No original, "ground", que remete também a campo, terra, terreno e toda essa cadeia semântica.

³⁸ Ver: BLUMENBERG, Hans. *Foundation and Soil, Bottom and Ground: Hitting Bottom, Getting to the Bottom of Things, Standing on the Ground*. In: *Care Crosses the River*. Stanford, CA: Stanford Univ. Press, 2010.

³⁹ POCOCK, J. G. A. *Political Thought and History: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2009.

⁴⁰ SKINNER, Quentin. *Language and Social Change*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics*. Oxford: Polity, 1988, p. 124.

significados sedimentados, alguns mais manifestos do que outros, de sua situação em constelações anteriores.

Situar ideias ou conceitos em seus contextos discursivos abre a questão mais ampla de como outros contextos – institucionais, biográficos, políticos, sociais – precisam ser levados em conta ao escrever a história das grandes ideias. Armitage argumenta que, em vez de tratar ideias como os protagonistas heroicos, autocontidos, de uma narrativa histórica tradicional, seria melhor tentar uma "história em ideias" baseada em um "serial-contextualismo", entendendo as ideias como "pontos focais de argumentos moldados e debatidos episodicamente ao longo do tempo com uma consciência – ou pelo menos uma conexão provável – com instâncias anteriores e posteriores de tais lutas".⁴¹ Esta abordagem permitiria ter em conta a crucial distinção do ato de fala, desenvolvida por John Austin e John Searle e enfatizada pelos contextualistas da escola de Cambridge, entre as dimensões locucionária e ilocucionária de um termo, ou constitutiva e performativa, esta última frequentemente dependente do trabalho que seus usuários pretendem realizar em relação a públicos específicos (ou às consequências não intencionais que provocam).⁴²

Ser sensível a esta distinção pode, entretanto, prevenir-nos contra a ampla adoção de uma ferramenta da atual virada em direção a "grandes ideias", proclamada por Armitage: basear-se em um modelo de "N-grama" para medir o progresso (ou regressão) de uma ideia ou palavra-chave ao longo do tempo, com base nos levantamentos estatísticos possibilitados pela pesquisa de um grande número de textos em banco de dados por longos períodos. O valor de tais ferramentas para o campo nascente das humanidades digitais, com certeza, não deve ser descartado de imediato. No rastreamento da frequência variável de palavras, frases, tropos e afins, eles fornecem informações sugestivas sobre padrões de uso em larga escala, permitindo avaliar a popularidade crescente e decrescente dos termos e compará-los com outros em seu campo semântico. Com base no que o crítico literário Franco Moretti chamou de "leitura distante", isso pode aliviar o historiador da necessidade de focar nas complexidades dos textos supostamente representativos – cuja aura canônica pode ser mais uma função do julgamento posterior do que o atual – para mapear ou representar graficamente os padrões mais amplos dos quais fazem parte.⁴³ Esta "macroanálise" de ideias, conceitos, metáforas, tropos, gêneros, estilos ou qualquer outra coisa passível de recuperação estatística pode ajudar a expandir a alçada do estudo humanista para além das assunções usuais.⁴⁴ Também

⁴¹ ARMITAGE, David. What's the Big Idea?... *Op. cit.*, p. 499.

⁴² Para uma discussão sobre o uso da teoria do ato de fala por Skinner e seus seguidores, ver: BEDUHN, Jason David. The Historical Assessment of Speech Acts: clarifications of Austin and Skinner for the study of religions. *Method and Theory in the Study of Religion*, v. 14, n.1, p. 84-113, 2002.

⁴³ MORETTI, Franco. *Distant Reading*. London: Verso, 2013. Ver, também: MORETTI, Franco. *Graphs, Maps, Trees: abstract models for Literary History*. London: Verso, 2007. Para uma crítica mais incisiva, ver: PREDERGAST, Christopher. Evolution and Literary History: a response to Franco Moretti. *New Left Review*, n. 34, July-August 2005. Moretti respondeu em *Distant Reading*. Ver, também: EYERS, Tom. The Perils of the "Digital Humanities": New Positivism and the Fate of Literary Theory. *Postmodern Culture*, v. 22, n. 3, 2013.

⁴⁴ JOCKERS, Matthew L. *Macroanalysis: digital methods and Literary History*. Champaign-Urbana, IL: Univ. of Illinois Press, 2013.

pode, se Moretti e os demais entusiastas digitais estiverem certos, sugerir planejamentos de tendências, disseminações e diferenciações não intencionais (ou em seu vocabulário, "árvores morfológicas" revelando sobrevivência evolutiva e extinção) em vez de depender de interpretações hermenêuticas de significados, intencionais ou não, em textos singulares.

Não se pode, contudo, registrar o jogo metafórico muitas vezes latente nos conceitos que Blumenberg enfatizou, o que ajuda a minar sua substancialização. Nem se pode transformar o uso específico local de uma ideia, conceito, ou metáfora em um mero exemplo de uma tendência secular maior, que é passível de explicação estrutural, por assim dizer, de fora. Isto é, não há passagem fácil da microanálise para a macroanálise, especialmente quando a primeira requer ferramentas hermenêuticas e sensibilidade a contextos ilocucionários, que são desarticulados por esta última. A História Intelectual, com certeza, raramente emula as leituras fechadas dos críticos literários, que são mais rigorosamente treinados nas técnicas formalistas do *new criticism* e da narratologia. Alguns seguiram, porém, a exortação de Dominick LaCapra para considerar textos como "trabalhosos" em sua solicitação dialógica de novos significados, e não como "documentos" transparentes que revelam tendências desatualizadas,⁴⁵ e ao fazê-lo, para se evitar reduzi-los a meros exemplos de um padrão em larga escala revelado em um banco de dados. Eles também adotaram uma prática focal autoconscientemente discordante, movendo-se do que os críticos de cinema chamam de "*establishing shots*" para "*close-ups*", uma metáfora já sugerida por Siegfried Kracauer em sua reflexão, ainda muito útil, sobre os paralelos entre fazer filmes e escrever história, em *History: the Last Things Before the Last*.⁴⁶ Eles entenderam a necessidade de alternar entre escalas de análise, baseando-se nas ferramentas de medição mais apropriadas para as perguntas que colocam.

Por que então, poderíamos nos perguntar em conclusão, poderia ser ainda prudente reconhecer o desconfortável e indignado "ei!", que tantas vezes prefacia a pergunta "qual é a grande ideia?". Entre as muitas justificativas possíveis, deixem-me destacar duas que podem nos fazer pausar antes de inequivocamente saudar o retorno da História Intelectual em larga escala e longo prazo, mesmo com os refinamentos sugeridos acima. Considerando que Braudel pode ser a musa que inspira o entusiasmo de Armitage pela *longue durée*, é Foucault que nos ajuda a ver suas limitações. Muito se tem escrito sobre a abordagem idiossincrática de Foucault à história – alguns de fato, até questionaram se ele realmente estava fazendo história

⁴⁵ LACAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In: LACAPRA, Dominick; KAPLAN, Steven L. *Modern European Intellectual History: reappraisals and new perspectives*. Ithaca, NY: Cornell Univ. Press, 1982. A abordagem documental dos textos os vê como mídia referencial, revelando o mundo, enquanto o "trabalhoso" [ou laborioso] os trata complexamente como estímulos indeterminados a um encontro dialógico, que potencialmente desafia o presente e abre a possibilidade de transformar o *status quo*.

⁴⁶ KRACAUER, Siegfried. The Structure of the Historical Universe. In: *History: The last things before the last*. New York: Oxford Univ. Press, 1969. Para um argumento similar, ver: ATAROBINSKI, Jean. *L'Oeil vivant: essai*. Paris: Gallimard, 1961. Livro ao qual recorri em: JAY, Martin. *Downcast Eyes: The denigration of vision in twentieth-century French*. Berkeley: Univ. of California Press, 1993, p. 19-20.

– e as diferenças em sua própria metodologia “arqueológica” e “genealógica”.⁴⁷ Mas, quando se trata do *mainstream* da História das Ideias, está claro ao menos que ele mantinha profundas reservas. Em *A Arqueologia do Conhecimento*, ele a caracterizou desdenhosamente como “um objeto incerto, com fronteiras mal desenhadas, métodos emprestados daqui e dali, e uma abordagem com carência de rigor e estabilidade... a disciplina dos começos e fins, a descrição das continuidades obscuras e retornos, a reconstituição dos desenvolvimentos na forma linear da história”.⁴⁸

A alternativa arqueológica de Foucault pode não ter sido totalmente convincente. Afinal, poucos historiadores honraram seu chamado para mudar a atenção inteiramente de ideias, representações, pensamentos e imagens para as práticas discursivas vinculadas a regras que as subtendiam. Tampouco compartilharam seu desdém pelos autores e obras, e sua rejeição à interpretação e à busca de sentido em favor da função enunciativa das “afirmações?”. Mas, o que foi chamado de impulso “nominalista” em seus escritos históricos produziu duas advertências que valem a pena levar a sério.⁴⁹ Enfatizando a dispersão em vez da unidade, e a contingência em vez da necessidade, Foucault levantou dúvidas justificáveis sobre a coerência de narrativas de longo alcance, que suavizaram rupturas e descontinuidades em favor da “gênese, continuidade, totalização”.⁵⁰ Qualquer história de “grandes ideias”, ele alertou, tem que ser sensível às maneiras pelas quais a aparente persistência de uma ideia, conceito ou metáfora não significa necessariamente sobrevivência – ou mesmo desenvolvimento – de significado ou função essencial. Como Boas reconheceu com desgosto no caso de Hans Vaihinger, reversões de significado podem ocorrer de maneira que prejudicam a narrativa de longo alcance, moldadas por historiadores cegos à frequência das rupturas no campo de força discursivo, em que o mesmo termo aparentemente pode estar localizado. A própria cautela nietzschiana da História Conceitual quanto à mortificação definicional pode não fazer jus às rupturas radicais que corroem qualquer continuidade significativa. Metanarrativas de um desenvolvimento coerente ou evolução não são menos perigosas na História Intelectual do que em outras variantes da narrativa histórica.

Não menos importante é a segunda lição legada por Foucault, que compartilhou com um bom número de pensadores franceses recentes bastante interesse em “eventos” singulares, como incursões inesperadas e disruptivas em um padrão de desenvolvimento ou narrativa bem tramada.⁵¹ A sempre incômoda questão da inovação – a nova ideia que surge

⁴⁷ Bons pontos de partida são: GOLDSTEIN, Jan Ellen (Ed.). *Foucault and the Writing of History*. Cambridge, MA: Blackwell, 1994; e, FLYNN, Thomas R. *Sartre, Foucault, and Historical Reason: A poststructuralist mapping of History*. Vol. 2. Chicago: Univ. of Chicago Press, 2005.

⁴⁸ FOUCALT, Michel. *The Archaeology of Knowledge And the Discourse of Language*. New York: Vintage, 1972, p. 136-137.

⁴⁹ O nominalismo histórico de Foucault foi identificado pela primeira vez, talvez, em: RAJCHMAN, John. *Michel Foucault: The freedom of Philosophy*. New York: Columbia Univ. Press, 1985. Significava tanto uma suspeita antissubstancialista de ideias e conceitos eternos, que ecoava a crítica dos nominalistas medievais aos universais, quanto uma desconfiança de metanarrativas coerentes.

⁵⁰ FOUCALT, Michel. *The Archaeology of Knowledge... Op. cit.*, p. 138.

⁵¹ Para minhas tentativas de explorar a questão, ver: JAY, Martin. *Historical Explanation and the Event: Reflections on the Limits of Contextualization*. *New Literary History*, v. 42, n. 2, 2011; e, JAY, Martin.

sem ter sido inteiramente preparada com antecedência por um contexto, mesmo a que se torna aparente depois do fato – não pode ser facilmente resolvida. Em vez de se concentrar no que é objetivamente possível em qualquer situação, seguindo uma regressão infinita das influências, é por vezes mais produtivo se surpreender com a realização do que parecia virtualmente impossível na época, e não pode ser reduzido, mesmo em retrospecto, às condições que o prepararam.

Estudiosos da História Conceitual têm reconhecido o súbito surgimento do que Koselleck chamou de "conceitos do futuro", que não refletem o contexto de sua gênese, mas semeiam o terreno para uma potencial realização prática em um momento vindouro.⁵² Como resultado, um crítico foi até capaz de comparar os resultados do trabalho de Koselleck ao de Foucault, devido a seu interesse comum "pela ruptura do significado conceitual, as transformações que ocorrem na intenção quando um termo é proferido em diferentes contextos, e as diferenças de conteúdo conceitual dos termos dados ao longo do tempo".⁵³ Mas, por ironia, é precisamente porque *Begriffsgeschichte* raramente desperta a indignação gerada pela "História das Ideias" que um dos seus limites é revelado. O "ei!", que tão frequentemente precede perguntas sobre grandes ideias, bem pode sinalizar um elemento de choque e surpresa diante da interrupção de um modo estabelecido de pensamento, estimulado apenas pelo que chamamos de "ideias". De fato, às vezes a própria palavra pode propiciar performativamente esse resultado, ausente em nossa resposta ao que parece ser, de tantas outras maneiras, seu sinônimo, a questão da escala na História Intelectual da palavra "conceito". Ninguém, afinal, diz sempre "Ei! Qual é o grande conceito?". Apesar de toda a carga da "História das Ideias", pode valer a pena aderir à sua velha noção, se ao mesmo tempo permanecermos sensíveis ao justificável "ei!" que tantas vezes desperta. Somente então apreciaremos plenamente que as maiores ideias são aquelas que podem perturbar nossa complacência, transcender nossos horizontes paroquiais e nos surpreender com a audácia de sua ambição insolente.

Historicism and the Event. In: MENDELSON, Ezra; HOFFMAN, Stefani; COHEN, Richard I. (Eds.). *Against the Grain: Jewish intellectuals in hard times*. New York: Berghahn, 2014.

⁵² KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past... Op. cit.*, p. 78.

⁵³ EDWARD, Jason. The Ideological Interpellation of Individuals as Combatants: An encounter between Reinhart Koselleck and Michel Foucault. *Journal of Political Ideologies*, v. 12, n. 1, 2007, p. 54.

Referências

- ADORNO, Theodor W. The Essay as Form. In: *Notes to Literature*. Ed. Rolf Tiedemann; Trans. Shierry Weber Nicholsen. New York: Columbia Univ. Press, 1991.
- ARMITAGE, David. *The History Manifesto*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2014.
- ARMITAGE, David. What's the Big Idea? Intellectual History and the *Longue Durée*. *History of European Ideas*, v. 38, n. 4, p. 493–507, 2012.
- ATAROBINSKI, Jean. *L'Oeil vivant: essai*. Paris: Gallimard, 1961.
- BAUDEL, Fernand. History and the Social Sciences: The *Longue Durée*. In: REVEL, Jacques; HUNT, Lynn (Eds.). *Histories: French constructions of the past*. New York: The New Press, 1995.
- BEDUHN, Jason David. The Historical Assessment of Speech Acts: clarifications of Austin and Skinner for the study of religions. *Method and Theory in the Study of Religion*, v. 14, n.1, p. 84-113, 2002.
- BLUMENBERG, David. Money or Life: metaphors of Georg Simmel's philosophy. *Theory, Culture and Society*, v. 29, n. 7-8, p. 249–262, 2012.
- BLUMENBERG, Hans. Foundation and Soil, Bottom and Ground: Hitting Bottom, Getting to the Bottom of Things, Standing on the Ground. In: *Care Crosses the River*. Stanford, CA: Stanford Univ. Press, 2010.
- BLUMENBERG, Hans. Light as a Metaphor for Truth: At the Preliminary Stage of Philosophical Concept Formation. In: LEVIN, David Michael (Ed.). *Modernity and the Hegemony of Vision*. Berkeley; Los Angeles: Univ. of California Press, 1993.
- BLUMENBERG, Hans. *Paradigms for a Metaphorology*. Ithaca, NY: Cornell Univ. Press, 2010.
- BOAS, George. Idea. In: WIENER, Philip P. (Ed.). *Dictionary of the History of Ideas: studies of selected pivotal ideas*. New York: Scribner, 1973.
- BOAS, George. *The History of Ideas: an introduction*. New York: Scribner, 1969.
- BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; Koselleck, Reinhart. *Geschichtliche Grundbegriffe: historisches lexikon zur politisch-sozialen sprache in Deutschland*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1972-1997. 8 vols.
- COHEN, Deborah; MANDLER, Peter. The History Manifesto: A Critique. *American Historical Review*, v. 120, n. 2, p. 530–542, 2015.
- EDWARD, Jason. The Ideological Interpellation of Individuals as Combatants: An encounter between Reinhart Koselleck and Michel Foucault. *Journal of Political Ideologies*, v. 12, n. 1, 2007.
- EYERS, Tom. The Perils of the "Digital Humanities": New Positivism and the Fate of Literary Theory. *Postmodern Culture*, v. 22, n. 3, 2013.
- FLYNN, Thomas R. *Sartre, Foucault, and Historical Reason: A poststructuralist mapping of History*. Vol. 2. Chicago: Univ. of Chicago Press, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *The Archaeology of Knowledge And the Discourse of Language*. New York: Vintage, 1972.

- GOLDSTEIN, Jan Ellen (Ed.). *Foucault and the Writing of History*. Cambridge, MA: Blackwell, 1994.
- HABERMAS, Jürgen. The Unity of Reason in the Diversity of its Voices. In: *Postmetaphysical Thinking: philosophical essays*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.
- JAY, Martin Jay. Should Intellectual History Take a Linguistic Turn? Reflections on the Habermas-Gadamer Debate. In: *Fin-de-siècle, socialism and other essays*. New York: Routledge, 1988.
- JAY, Martin. Adorno and Blumenberg: Nonconceptuality and the *Bilderverbot*. In: HAMMER, Espen; GORDON, Peter E.; PENSKY, Max (Eds.). *The Blackwell Companion to Adorno. A Companion to Adorno*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2020.
- JAY, Martin. *Downcast Eyes: The denigration of vision in twentieth-century French*. Berkeley: Univ. of California Press, 1993.
- JAY, Martin. Historical Explanation and the Event: Reflections on the Limits of Contextualization. *New Literary History*, v. 42, n. 2, 2011.
- JAY, Martin. Historicism and the Event. In: MENDELSON, Ezra; HOFFMAN, Stefani; COHEN, Richard I. (Eds.). *Against the Grain: Jewish intellectuals in hard times*. New York: Berghahn, 2014.
- JAY, Martin. *Songs of Experience: Modern american and european variations on a universal theme*. Oakland, CA: Univ. of California Press, 2005.
- JAY, Martin. *The Dialectical Imagination: A History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-50*. Boston: Little, Brown and Co., 1973.
- JAY, Martin. *The Dialectical Imagination: A History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-50*. Berkeley: Univ. of California Press, 1996.
- JAY, Martin. The Textual Approach to Intellectual History. In: *Force Fields: between intellectual history and cultural critique*. New York: Routledge, 1993.
- JAY, Martin. *The Virtues of Mendacity: On Lying in Politics*. Charlottesville, VA: Univ. of Virginia Press, 2010.
- JAY, Martin. Two Cheers for Paraphrase: The confessions of a synoptic intellectual historian. In: *Fin-de-siècle, socialism and other essays*. New York: Routledge, 1988.
- JOCKERS, Matthew L. *Macroanalysis: digital methods and Literary History*. Champaign-Urbana, IL: Univ. of Illinois Press, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past: On the semantics of historical time*. Cambridge, MA: MIT Press, 1985.
- KRACAUER, Siegfried. The Structure of the Historical Universe. In: *History: The last things before the last*. New York: Oxford Univ. Press, 1969.
- LACAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In: LACAPRA, Dominick; KAPLAN, Steven L. *Modern European Intellectual History: reappraisals and new perspectives*. Ithaca, NY: Cornell Univ. Press, 1982.
- LOVEJOY, Arthur O. *Essays in the History of Ideas*. New York: Putnam, 1960.
- LOVEJOY, Arthur O. *The Great Chain of Being: a study of the history of an idea*. New York: Harper & Row, 1965.
- MCMAHON, Darrin M. The Return of the History of Ideas? In: MCMAHON, Darrin M.; MOYN, Samuel. *Rethinking Modern European Intellectual History*. New York: Oxford Univ. Press, 2013.

- MINOGUE, Kenneth. Method in Intellectual History: Quentin Skinner's *Foundations*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics*. Oxford: Polity, 1988.
- MORETTI, Franco. *Distant Reading*. London: Verso, 2013.
- MORETTI, Franco. *Graphs, Maps, Trees: abstract models for Literary History*. London: Verso, 2007.
- MÜLLER, Jan-Werner. On Conceptual History. In: MCMAHON, Darrin M.; MOYN, Samuel. *Rethinking Modern European Intellectual History*. New York: Oxford Univ. Press, 2013.
- NIETZSCHE, Friedrich. *On the Genealogy of Morals*. New York: Vintage, 1989.
- POCOCK, J. G. A. *Political Thought and History: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2009.
- PREDERGAST, Christopher. Evolution and Literary History: a response to Franco Moretti. *New Left Review*, n. 34, July-August 2005.
- RAJCHMAN, John. *Michel Foucault: The freedom of Philosophy*. New York: Columbia Univ. Press, 1985.
- RICOEUR, Paul. Le paradox politique. *Esprit, Nouvelle Serie*, n. 250, p. 721-745, May 1957.
- SIMMEL, George. *The Philosophy of Money*. Boston: Routledge; Kegan & Paul, 1978.
- SKINNER, Quentin. Language and Social Change. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics*. Oxford: Polity, 1988.